



SAÚDE E GÊNERO: A (IN) ACESSIBILIDADE DAS MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS AOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NO BRASIL

Health and gender: (In)accessibility of migrant and refugee women to sexual and
reproductive rights in Brazil

Mariana Emilia Bandeira¹

Cláudia Marília França Lima²

Sheila Cibele Kruger Carvalho³

Resumo: Atualmente as questões de saúde sexual e reprodutiva de mulheres migrantes tornaram-se imperativas no âmbito de direitos humanos, principalmente ao tratar de tais direitos correlacionando as altas taxas de migrantes e refugiados que hoje deslocam-se em países da América Latina, movimento migratório que se atrela em grande parte a instabilidade econômica, ou crises humanitárias. Neste contexto, é de suma importância a oferta e acesso a serviços e garantias a sua Saúde Sexual e Reprodutiva, uma vez que são estes determinados grupos que não apenas estão expostos a perigos relacionados a exploração sexual como também a condições de trabalho precárias, sendo em grande maioria, vulneráveis a disparidade da saúde sexual e reprodutiva, adotando inclusive, comportamentos de risco em relação a transmissão de doenças infecciosas.

Palavras-chave: Gênero. Migração. Direitos Sexuais. Direitos Reprodutivos.

Abstract: Currently, the issues of sexual and reproductive health of migrant women have become imperative in the context of human rights, mainly when dealing with such rights and correlating the high rates of migrants and refugees who today move to Latin American countries, a migratory movement that it is largely linked to economic instability or humanitarian

¹ Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da UNIJUÍ. Bolsista PROSUC/CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: marianaebandeira@gmail.com

² Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí/RS, na Linha de Pesquisa I – Fundamentos e Concretização dos Direitos Humanos, com Bolsa Integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob orientação da Professora Pós-Doutora Janaína Machado Sturza. Pós-graduada em Direito Penal pela Faculdade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Pós-graduada em Direito Civil também pela Faculdade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta/RS. Integrante do grupo de pesquisa "Biopolítica e Direitos Humanos", cadastrado no CNPQ. E-mail: clauf11903@gmail.com

³ Mestranda em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da UNIJUÍ. Bolsista PROSUC/CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos. Médica Ginecologista. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: sheilakrugercarvalho@gmail.com



crises. In this context, the offer and access to services and guarantees for their Sexual and Reproductive Health is of utmost importance, since these are certain groups that are not only exposed to dangers related to sexual exploitation but also to precarious working conditions, being in the vast majority are vulnerable to disparities in sexual and reproductive health, even adopting risky behaviors in relation to the transmission of infectious diseases.

Keywords: Gender. Migration. Sexual Rights. Reproductive Rights.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O corpo feminino é um “objeto” constante de debates e críticas no campo de construção de seus direitos sexuais e reprodutivos, principalmente através de políticas e legislações que tem como único objetivo o controle sobre tais corpos, definindo um papel a ser desempenhado, e um lugar a ser ocupado pelas mulheres dentro de uma sociedade.

Nesse contexto, adotar uma perspectiva de gênero na observação dos fluxos migratórios concretiza um processo de sensibilização pautado em análises multifacetadas acerca do fenômeno da mobilidade humana. Sabe-se que as mulheres sempre foram invisibilizadas e não contabilizadas nas análises e nos estudos sobre migrações internacionais. Contudo, a transformação do papel da mulher em diversas sociedades, sua participação crescente no mercado de trabalho, os progressos alcançados na busca pela emancipação e, especialmente, o aumento significativo do número de mulheres migrantes, têm levantado questionamentos e tornado ultrapassada a visão de que a mulher seja meramente uma figura passiva no processo de migração.

Assim, surge a necessidade de se debater acerca da feminização das migrações, as causas que levam a migrar e os desafios enfrentados por essas mulheres. Nesse sentido, sabe-se que o contexto civilizacional revela que mulheres migram em decorrência de diversos fatores causais, os quais motivam as dinâmicas de migração além das barreiras fronteiriças estabelecidas pelos Estados-nação. Os corpos das mulheres migrantes concentram uma gama de desafios sociais (exclusão, pobreza, dificuldades, desigualdades, violência, etc.) e as questões de saúde que têm



impacto nos Direitos Humanos. Nesse arranjo problemático, percebe-se uma intersecção entre o gênero e a saúde que é extremamente importante, pois as mulheres migrantes não conseguem perfectibilizar os seus direitos sexuais nos países receptores.

É inegável ser um direito natural e irrevogável da mulher sua condição de igualdade dentro do contexto social, de maneira a desenvolver e expressar plena e livremente a sua sexualidade e reprodutividade, decidindo de maneira individual sobre os limites de seu próprio corpo. Todavia, embora um direito inerente, a liberdade de decisão feminina ainda encontra-se condicionada a uma hierarquia social, restringindo direitos básicos, e dificultando ainda mais o acesso a tais direitos pelas mulheres migrantes, que não apenas enfrentam a barreira linguística no país receptor, mas também uma barreira cultural, educacional e social.

Sendo assim, a temática da presente pesquisa é sustentada a partir da análise da (in) efetividade dos direitos sexuais das mulheres migrantes. O estudo é desenvolvido por intermédio do método hipotético-dedutivo e instruído por uma análise bibliográfica. Num primeiro momento, aborda-se a feminização das migrações a partir de um olhar para os percursos de mobilidade humana das mulheres. Após, analisa-se a acessibilidade da saúde sexual e reprodutiva das mulheres migrantes sob uma perspectiva cultural, ao que a barreira de acesso não limita-se apenas a linguagem, mas sim a todo uma estrutura de controle sobre tais corpos, trazendo também, quais as políticas e dificuldades enfrentadas por essas mulheres no acesso a um direito que deveria ser de todas.

FEMINIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO: MULHERES, VULNERABILIDADES E INVISIBILIDADE

Observa-se que os fluxos migratórios promovem a essência do desenvolvimento civilizacional. Nesse enredo, a chamada “crise migratória” eclode e desencadeia uma série de particularidades nos mecanismos de deslocamento



humano a nível global. Paralelamente, observa-se o crescente fenômeno da feminização das migrações, também conhecida como genderização das migrações, que se refere ao aumento significativo dos fluxos migratórios protagonizados por mulheres em diferentes regiões do mundo, motivados por uma multiplicidade de razões⁴. As mulheres estão cada vez mais presentes nos fluxos migratórios e há uma feminização da migração. Sobre isso, é interessante observar que “O aumento da participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais é outra característica que tem colocado questões significativas para as teorias sobre migrações”⁵.

Assim, a compreensão do gênero é fundamental para analisar as migrações femininas e o fenômeno da genderização das migrações. No ponto, Magliano⁶ defende que o gênero é uma construção social que define as expectativas e expressões relacionadas ao masculino e ao feminino em uma sociedade. Essa construção exerce influência sobre como a subordinação e a desigualdade são perpetuadas. No contexto das migrações, essa dinâmica tem um impacto particularmente significativo nas mulheres migrantes devido a sua dupla identidade como mulheres e migrantes, bem como a intersecção com sua posição social e origem étnica. Nesse contexto, Magliano também explica:

Las relaciones de género, como relaciones desiguales de poder, no son inmutables en el tiempo y en el espacio, sino que se han ido modificando históricamente, tratándose de un sistema relacional que varía según los contextos históricos ya que, como construcción socio-cultural, se adapta a los cambios en las coordenadas sociales, económicas y culturales de una época determinada.⁷

⁴ STURZA, Janaína Machado; DUTRA, Gabrielle Scola; MARTINI, Sandra Regina. **Direito à saúde e migração: uma aposta na fraternidade**. Blumenau: Editora Dom Modesto, 2023.

⁵ ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-747, jan. 2007. p. 746.

⁶ MAGLIANO, María José. **Mujeres, migración y roles de género**. El caso de la migración boliviana hacia Argentina. 2007. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-108/162.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

⁷ MAGLIANO, 2007, p. 4.



É fundamental destacar a relevância da presença das mulheres nos movimentos migratórios contemporâneos e enfatizar a importância de adotar uma abordagem que não apenas reconheça sua participação, mas que também incorpore uma lente de gênero. Desde o momento da decisão de partir, a seleção dos migrantes, os motivos por trás da migração, até a permanência ou o retorno, tudo isso é influenciado por uma complexa rede de relações que abrange questões de gênero, parentesco e geração. Considerando essa perspectiva, as teorias tradicionais de imigração são desafiadas a adotar uma nova visão em relação aos movimentos populacionais⁸.

A perspectiva de gênero exerce uma influência substancial na moldagem dos fluxos migratórios, nos padrões desses deslocamentos. A fim de conferir verdadeira abrangência às teorias de migração internacional, é crucial que elas incorporem de maneira adequada e eficaz as dinâmicas de gênero. Isso envolve a consideração de fatores tanto sutis quanto evidentes, os quais se entrelaçam para criar experiências distintas ao longo do processo migratório. A clara definição e compreensão desses fatores são elementos essenciais para reforçar as teorias que abordam a migração internacional. Simultaneamente, tal compreensão mais profunda contribui para um melhor discernimento das experiências singulares enfrentadas por mulheres migrantes em diferentes partes do mundo⁹. Dessa forma, é essencial direcionar o foco para as mulheres migrantes e permitir que elas tenham suas experiências retratadas, conforme explicam Alencar-Rodrigues, Strey, Spinosa:

A inclusão do gênero nas pesquisas migratórias como forma de propor novas formulações às velhas questões. Assim, tomamos conhecimento das peculiaridades das experiências das mulheres imigrantes em uma nova cultura, na qual elas assumem também o foco principal. Direcionar os holofotes para as mulheres imigrantes é permitir que elas sejam retratadas na sua própria trajetória de deslocamento, e não como mulheres que acompanham os filhos e maridos no fenômeno migratório. Portanto, este artigo ilustra que a inclusão do gênero contribui na análise do fenômeno

⁸ ASSIS, 2007.

⁹ BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. **Women and migration: incorporation gender into international migration theory**. Washington: Migration Policy Institute, 2003.



migratório, reforçando os estudos feministas que desde a metade da década de setenta já questionam a imagem estereotipada de mulheres imigrantes como dependentes passivas.¹⁰

Nesse contexto, Rosita Milesi e Roberto Marinucci oferecem uma valiosa reflexão sobre as mulheres que se engajam na migração e a questão da (in)efetividade dos direitos humanos para esse grupo migrante:

Migram as mulheres no mundo contemporâneo: vendidas como escravas ou fugindo de desastres naturais ou de violência; em busca de renda para o sustento de seus familiares ou à procura de maior autonomia. Migram as mulheres em travessias em que os sonhos e os pesadelos se entrelaçam, em que a vontade de sair se coaduna com o desejo do retorno. A migração, assim, se torna, não raramente, uma experiência de fragmentação, onde nem sempre o coração acompanha os caminhos dos pés. Envolvidas no âmbito produtivo, do trabalho externo, elas raramente abandonam a responsabilidade pelo âmbito reprodutivo, mesmo se, em muitos casos, de forma transnacional, mediante o envio de remessas. Elas assumem, em corpo e alma, o compromisso pelo bem estar – leia-se desenvolvimento humano – não apenas de seus familiares, mas também daqueles de quem cuidam, sobretudo quando envolvidas no âmbito produtivo em trabalhos de cuidado doméstico, enfermagem ou de cuidadoras de crianças. Mas quem cuida do bem estar dessas mulheres migrantes e refugiadas? Qual é o preço que elas pagam para cuidar dos outros? Em outros termos, a pergunta não é apenas se a mulher migrante contribui para o desenvolvimento, mas também se o processo contemporâneo de desenvolvimento contribui para o bem estar – ou desenvolvimento humano – da mulher migrante e refugiada.¹¹

Ademais, no que diz respeito às razões para a migração, um conjunto distinto de fatores não relacionados à economia parece influenciar a seleção dos migrantes e é mais frequentemente mencionado por mulheres do que por homens. Entre esses fatores não econômicos, estão a resistência às normas de gênero impostas pela sociedade, questões conjugais e violência física, restrições ao divórcio, casamentos infelizes ou desfeitos, discriminação contra grupos específicos de mulheres e a falta

¹⁰ ALENCAR-RODRIGUES, Roberta de; STREY, Marlene Neves; ESPINOSA, Leonor Cantera. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 421-430, dez. 2009. p. 428.

¹¹ MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, São Paulo, 8 nov. 2016. [n.p.]. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/artigo-mulheres-migrantes-e-refugiadas-a-servico-do-dodesenvolvimento-humano-dos-outros/>. Acesso em: 23 ago. 2023.



de oportunidades para elas. Assim, nos movimentos migratórios contemporâneos, as mulheres tendem a migrar de forma independente ou como as primeiras em suas famílias, assumindo a liderança na busca por emprego, desafiando a ideia tradicional de mulheres que esperam ou seguem os passos dos homens¹².

Observa-se que a feminização das migrações está relacionada a uma série de fatores e que as mulheres migram de forma independente, desafiando e rompendo com as formas tradicionais do patriarcado. Acerca desses movimentos migratórios femininos, nota-se que surgem inúmeros desafios humanitários no campo sanitário, pois essas migrantes não conseguem concretizar o seu direito à saúde nos países receptores. No Brasil, essa situação é extremamente comum. Sturza, Dutra e Martini¹³ explicam que, em que pese todo o arsenal jurídico que consolida formalmente o reconhecimento do direito à saúde como direito humano fundamental, o deslocamento de mulheres migrantes estabelece desafios, em razão da inexistência de um projeto político que tenha o intuito de consolidar respostas adequadas e estratégias de saúde pública que comportem as especificidades da pluralidade feminina.

Sobre a questão sanitária, observa-se que as mulheres não conseguem concretizar os seus direitos sexuais e reprodutivos, pois “A migração feminina coloca importantes desafios para a área da saúde, uma vez que, frequentemente representa maiores riscos e vulnerabilidades, acentuando a preocupação relativa às questões de saúde sexual e reprodutiva”¹⁴. Assim sendo, surge a necessidade de se debater acerca da saúde da mulher migrante no Brasil e o acesso aos seus direitos sexuais e reprodutivos. Dessa forma, o próximo tópico abordará a conceituação dos direitos sexuais e reprodutivos, a fim de entender o que são e quais os desafios enfrentados por essa população.

¹² ASSIS, 2007.

¹³ STURZA; DUTRA, MARTINI, 2023.

¹⁴ NIELSSON, Joice Graciele; STURZA, Janaína Machado; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. O acesso direto à saúde reprodutiva das mulheres migrantes: revelando processos de precariedade na vida. **Revista Direito e Saúde**, Córdoba, v. 3, n. 3, p. 109-119, out. 2019. p. 114.



DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: CONCEITUAÇÃO E POSITIVAÇÃO

Na realidade da migração internacional, diante dos poucos dados disponíveis sobre as condições de saúde dos indivíduos e heterogeneidade das populações migrantes, traz uma maior vulnerabilidade em contexto novo a nível social, estrutural cultural e linguístico, uma vez que cada indivíduo traz consigo uma experiência quanto a saúde do local em que vivia, revelando a forma e qualidade de saúde disponibilizada em seu país¹⁵. É nesse contexto da migração, principalmente, da migração feminina que reflete-se “uma realidade própria, fazendo com situações como subemprego, vulnerabilidade e violência de todo tipo – desde a sexual e social até política e cultural – se intensifiquem durante o deslocamento)”¹⁶.

Isto posto, o próprio Ministério da Saúde do Brasil expressa como direitos sexuais a capacidade de viver e expressar livremente a liberdade sexual individual, ou seja, é um direito de todos viver a sexualidade sem qualquer impedimento, escolhendo ter ou não relações sexuais ou expressar a orientação sexual, ou ainda um direito de relações sexuais seguras, e serviços de saúde igualitários e provativos.¹⁷ Em contrapartida, o conceito de direitos reprodutivos, mesmo que utópicos, é “constituído por princípios e normas de direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana”.¹⁸

¹⁵ ROCHA, Cristiane Maria Famer; DIAS, Sonia Ferreira; HORTA, Rosário. **Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras**: um estudo qualitativo. Lisboa: Alto Comissário para a Imigração Intercultural (ACIDI, I.P.), jun. 2009.

¹⁶ STURZA, Janaína Machado; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Do direito à saúde reprodutiva feminina ao poder biopatriarcalista de gestão das vidas humanas: o controle dos corpos das mulheres migrantes. **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**, [S./], v. 6, n. 1, p. 73-93, jul. 2020. p. 83.

¹⁷ BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Série Direito Sexuais e Direitos Reprodutivos. caderno n. 2. Brasília, 2009. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf. Acesso em: 01 set. 2023

¹⁸ VENTURA, Miriam. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. 3. ed. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas, 2009. p. 19.



Conforme o trazido pelo Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo de 1994, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas no Brasil, no capítulo VII, em seu item 7.3 temos a definição do que seriam considerados os direitos reprodutivos:

Tendo em vista a definição supra, os direitos de reprodução abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos e em outros documentos de acordos. Esses direitos se baseiam no reconhecido direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e de reprodução. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos. No exercício desse direito, devem levar em consideração as necessidades de seus filhos atuais e futuros e suas responsabilidades para com a comunidade. A promoção do exercício responsável desses direitos por todo indivíduo deve ser a base fundamental de políticas e programas de governos e da comunidade na área da saúde reprodutiva, inclusive o planejamento familiar. Como parte de seus compromissos, toda atenção deve ser dispensada à promoção de relações mutuamente respeitadas e equitativas entre os sexos, particularmente, à satisfação de necessidades educacionais e de serviço de adolescentes para capacitá-los a tratar sua sexualidade de uma maneira positiva e responsável.¹⁹

A saúde sexual e reprodutiva das mulheres migrantes é então precarizada e controlada, não se pode negar ou mesmo ignorar a necessidade de uma perspectiva de gênero, uma vez que esta “afeta todas as facetas do processo migratório, e intensificam o interesse biopolítico sobre a população”²⁰. Os problemas relacionados à área da saúde sexual e reprodutiva quando associados à migração podem afetar tanto direta, como indiretamente, toda uma comunidade e seus indivíduos,

¹⁹ UNFPA Brasil. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento**. Conferência do Cairo, 2007. p. 62. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

²⁰ NIELSSON; STURZA; WERMUTH, 2019, p. 112.



representado inclusive, as principais causas de enfermidade e morte de mulheres migrantes.²¹

Ainda no mesmo documento, em seu parágrafo 7.2, que tratou-se pela primeira vez sobre saúde sexual e reprodutiva:

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simples a ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade que não sejam contrários à lei, e o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que dêem à mulher condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um filho sadio. De conformidade com definição acima de saúde reprodutiva, a assistência à saúde reprodutiva é definida como a constelação de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo problemas de saúde reprodutiva. Isto inclui também a saúde sexual cuja finalidade é a intensificação das relações vitais e pessoais e não simples aconselhamento e assistência relativos à reprodução e a doenças sexualmente transmissíveis.²²

Embora se associe positivamente a imigração e risco de saúde sexual e reprodutiva ao país acolhedor, o acesso aos serviços disponibilizados e possibilitados pela Lei de Migração e acesso ao SUS por exemplo, de maneira a diminuir tal vulnerabilidade, há uma barreira causada pela cultura, uma vez que tais populações nem sempre são abrangidas por sistemas de informações prevenções e tratamentos, recorrendo aos serviços de saúde, apenas em situações de emergência ou com avançado estado da doença.²³ “Práticas de saúde utilizadas nos países de origem, como o recurso à medicina tradicional em detrimento da medicina convencional,

²¹ ROCHA, Cristiane Maria Famer; DIAS, Sonia Ferreira; GAMA Ana Filipa. Conhecimentos sobre o uso de contraceptivos e prevenção de DST: a percepção de mulheres imigrantes. **Cad. saúde pública**, Rio de Janeiro; v. 26, n. 5, p. 1003-1012, maio 2010.

²² UNFPA BRASIL, 2007, p. 62.

²³ NIELSSON; STURZA; WERMUTH, 2019.



podem perpetuar-se nos países de acolhimento, traduzindo-se numa menor procura dos serviços de saúde”.²⁴

O gênero é crucial ao falar do acesso e conhecimento de saúde sexual e reprodutiva no contexto migratório, pois embora facilite o acesso à saúde sexual e reprodutiva, as mulheres que chegam ao Brasil nem sempre são abrangidas sistematicamente a sistemas efetivos de informação, prevenção e tratamento.²⁵ Outrossim, o aumento da imigração feminina traz um proporcional crescimento nas questões relacionadas à sexualidade e reprodutividade dessa população, decorrente principalmente da diferença dos papéis sociais de gênero, expondo tais mulheres a maiores riscos de saúde se comparados aos homens.

Conforme o estudo realizado por Rocha, Dias e Gama²⁶, muitos dos problemas associados à saúde sexual e reprodutiva das mulheres migrantes são acentuados a grupos socialmente mais desfavorecidos ou com níveis diferentes de escolarização, prejudicando o acesso a questões de sexualidade e reprodutividade decorrentes de crenças, mitos, tabus e práticas culturais. Ademais, barreiras de ordem estrutural, administrativa, socioeconômica e cultural também dificultam o acesso dessas mulheres a saúde sexual e reprodutiva, não apenas devido ao custo de cuidados médicos se considerada a desvantagem econômica, como também a diferença decorrente da cultura associada a falta de conhecimento dos profissionais de saúde.²⁷

Nesse sentido, não é possível, dentro do contexto da saúde sexual e reprodutiva de mulheres migrantes, tratá-las como um grupo homogêneo, principalmente ao tratar de conhecimento, atitudes e comportamentos, devendo-se portanto levar em consideração não apenas os papéis tradicionais de gênero, mas

²⁴ ROCHA; DIAS; HORTA, 2009, p. 38.

²⁵ NIELSSON; STURZA; WERMUTH, 2019.

²⁶ O estudo foi realizado a partir de grupos focais com mulheres imigrantes oriundas do Brasil e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa em Portugal, com a finalidade de aprofundamento de questões envolvendo a saúde sexual e reprodutiva, como o uso de contraceptivos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST). ROCHA; DIAS; GAMA, 2010.

²⁷ ROCHA; DIAS; HORTA, 2009.



também as diferenças de poder nas relações heterossexuais e fatores culturais, que determinam a adaptação de tais mulheres as políticas dos países em que se estabelecem.²⁸ Isto posto, é importante entender e estabelecer políticas de acesso à saúde sexual e reprodutiva, levando-se em consideração as diferenças supracitadas, respeitando as necessidades de adaptação de cada indivíduo, suas relações e diferenças.

A (IN)ACESSIBILIDADE DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NO CONTEXTO MIGRATÓRIO

Desta forma, ao avaliar a realidade da saúde sexual e reprodutiva das mulheres migrantes, é preciso investigar, a partir da perspectiva biopolítica, de que forma a precarização do acesso aos direitos sexuais e reprodutivos produz a descartabilidade destas vidas.²⁹ Neste sentido, a interface gênero-migração coloca um contexto específico para a mulher migrante, que vai além das condições precárias de trabalho, pobreza, reduzido acesso à educação. A essas condições se somam a feminização da pobreza e do trabalho, o controle reprodutivo e a intensificação da violência de gênero. A saúde das mulheres migrantes suscita preocupação em especial, referente às questões relacionadas ao exercício da sexualidade, fecundidade, maternidade, gravidez, parto e puerpério, planejamento reprodutivo, contracepção e infecções sexualmente transmissíveis.

De acordo com Rocha, Dias e Gama³⁰, um dos aspectos a serem considerados é a diversidade existente a respeito do tema “saúde sexual” nos diversos países dos migrantes. Neste sentido, variáveis socioeconômicas e culturais por si já podem expor desigualmente as mulheres a riscos relacionados à saúde, quando comparadas aos homens. Entretanto, com o aumento da migração feminina, estudos epidemiológicos têm apontado para uma maior vulnerabilidade na saúde sexual e

²⁸ ROCHA; DIAS; GAMA, 2010.

²⁹ NIELSSON; STURZA; WERMUTH, 2019, p. 114.

³⁰ ROCHA; DIAS; GAMA, 2010.



reprodutiva dessas mulheres. Alguns exemplos são os piores indicadores referentes à mortalidade perinatal, baixo peso ao nascer e menor utilização de métodos contraceptivos, assim como a ocorrência de gravidez indesejada e interrupção voluntária da mesma.

Como resultado de pesquisa entre comunidades migrantes, os autores encontraram crenças associadas à ineficácia dos métodos contraceptivos, crenças de que os métodos contraceptivos são prejudiciais à saúde, lacunas no conhecimento sobre a forma de transmissão das infecções sexualmente transmissíveis, dificultando a adoção de comportamentos preventivos. Particularmente em relação às mulheres, os pesquisadores identificaram que as normas socioculturais colocam, muitas vezes, elas em situação de mais vulnerabilidade em relação à proteção contra IST's.

Em revisão integrativa sobre a saúde sexual e reprodutiva das mulheres migrantes na América Central, Sul e EUA, Sobreira *et al.*³¹ identificaram diversas situações precarizando a condição das migrantes. A primeira categoria relaciona-se ao próprio processo migratório e estabelecimento no país de acolhimento, e envolvia estresse, medo e preocupações em relação à uma possível deportação, com repercussões psicológicas, redução da possibilidade de autocuidado em saúde sexual, maior exposição a violência sexual e comércio sexual, propensão a sofrer violência íntima pelo parceiro no país de acolhimento e coerção reprodutiva.

Em relação à dificuldade ao acesso aos serviços de saúde, os autores identificaram a falta de domínio do idioma, discriminação, preconceito e xenofobia por parte de profissionais da saúde. Mulheres indígenas tiveram menos acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, especialmente as que não estavam grávidas ou não pariram após a migração. As mulheres também enfrentaram falta de comunicação com os serviços de atendimento e violência sexual. Muitas mulheres optaram por adiar a gravidez devido a experiência de violência física, sexual e

³¹ SOBREIRA, Joyce Veceli Barros da *et al.* Migração, refúgio e saúde sexual e reprodutiva na América Central, Sul e EUA: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 10, n. 16, e5101623698, 2021.



emocional. Diferenças de gênero foram citadas como condicionantes do atendimento das necessidades, como a falta de autonomia das mulheres sobre o planejamento reprodutivo, sabotagem do parceiro como forma de intervir na contracepção e desincentivo do parceiro para uso de método contraceptivo. As migrantes utilizam pouco os sistemas de planejamento reprodutivo do país de acolhimento, sendo que as adolescentes são as que mais tendem a retornar a esses serviços após o parto. Imigrantes também relataram não ter controle sobre o ciclo menstrual.

Em relação às implicações na gravidez, os autores encontraram que mulheres migrantes de menor renda eram mais propensas a casar e ter filhos, mulheres adultas apresentaram maior risco de abortamento clandestino durante a gestação e relataram vivências de violência na gestação por parte do companheiro ou outros membros do grupo social de apoio. As mulheres migrantes também estavam mais expostas a hepatite B, HIV e sífilis, e apresentavam menor prevalência de vacinação. Adolescentes que, durante o processo de migração, foram afastadas de suas famílias, tiveram maior risco de iniciar a vida sexual precocemente. As mulheres migrantes transsexuais estavam mais envolvidas com o comércio sexual. Aquelas contaminadas com HIV tiveram mais dificuldade em receber medicação para tratamento.

Finalmente, em relação aos cuidados no pré-natal, parto e puerpério, as mulheres migrantes enfrentaram disparidades no atendimento quanto ao número de consultas pré-natal. Adolescentes estão em maior risco de pré-natal inadequado. As mulheres migrantes também tiveram mais complicações obstétricas, como febre, sangramento e hipertensão.

Desta forma, os movimentos migratórios das últimas décadas acresceram intersecção de gênero à já estigmatizada situação do migrante. Se o biopoder controla vidas humanas a partir da gestão da mortalidade, da natalidade e da migração, a reprodução das mulheres migrantes passou a ser um dispositivo, articulado entre



biopolítica e sexualidade, de forma que o corpo reprodutivo das mulheres migrantes se mostra como um território privilegiado de atuação do biopatriarcalismo³².

CONCLUSÃO

A título de conclusão, constata-se que a interseção das questões de gênero e migração potencializa as discussões acerca dos fluxos migratórios. Nesse sentido, compreender a genderização torna-se fundamental para analisar os processos migratórios, pois as construções de gênero são responsáveis por definir as expectativas e expressões relacionadas ao feminino e ao masculino e essas definições influenciam e acarretam nas desigualdades e discriminações perpetuadas. Além disso, observa-se que as mulheres migrantes contemporâneas tendem a migrar de forma independente. Ou seja, são as primeiras de suas famílias e assumem a liderança, desafiando a concepção tradicional de que as mulheres esperam ou seguem os passos dos homens. Dessa forma, a perspectiva de gênero exerce uma função substancial na moldagem e compreensão dos fluxos migratórios.

Outrossim, é necessário compreender de que forma tais mulheres entendem e exercem seus direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que não se está falando mais apenas de uma barreira linguística, mas também econômica, educacional e social. Tratam-se de fatores não apenas geográficos, mas de uma cultura enraizada em cada sociedade, dificultando o acesso de mulheres a uma saúde reprodutiva de qualidade nos países que as recebem, não havendo estrutura ou mesmo profissionais que possam lidar com tais diferenças.

Neste sentido, os dados apontam para um incompleto acesso das mulheres migrantes aos seus direitos sexuais e reprodutivos. Programas efetivos em saúde sexual e reprodutiva requerem contextualização da realidade em que estas mulheres estão inseridas, avaliando-se suas dinâmicas sociocultural e etnicidade. Além da falta de acesso aos serviços de saúde sexual, o desconhecimento da cultura e dos

³² NIELSON; STURZA; WERMUTH, 2019, p. 114.



sistemas de crenças de minorias étnicas podem prejudicar a abordagem da sexualidade junto a algumas populações migrantes.

REFERÊNCIAS

ALENCAR-RODRIGUES, Roberta de; STREY, Marlene Neves; ESPINOSA, Leonor Cantera. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 421-430, dez. 2009.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-747, jan. 2007.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. **Women and migration: incorporation gender into international migration theory**. Washington: Migration Policy Institute, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Série Direito Sexuais e Direitos Reprodutivos. caderno n. 2. Brasília, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf. Acesso em: 01 set. 2023

MAGLIANO, María José. **Mujeres, migración y roles de género**. El caso de la migración boliviana hacia Argentina. 2007. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-108/162.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, São Paulo, 8 nov. 2016. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/artigo-mulheres-migrantes-e-refugiadas-a-servico-do-dodesenvolvimento-humano-dos-outros/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

NIELSSON, Joice Graciele; STURZA, Janaína Machado; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. O acesso direto à saúde reprodutiva das mulheres migrantes: revelando processos de precariedade na vida. **Revista Direito e Saúde**, Córdoba, v. 3, n. 3, p. 109-119, out. 2019.

ROCHA, Cristiane Maria Famer; DIAS, Sonia Ferreira; GAMA Ana Filipa. Conhecimentos sobre o uso de contraceptivos e prevenção de DST: a percepção de mulheres imigrantes. **Cad. saúde pública**, Rio de Janeiro; v. 26, n. 5, p. 1003-1012, maio 2010.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



ROCHA, Cristiane Maria Famer; DIAS, Sonia Ferreira; HORTA, Rosário. **Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras: um estudo qualitativo.** Lisboa: Alto Comissário para a Imigração Intercultural (ACIDI, I.P.), jun. 2009.

SOBREIRA, Joyce Veceli Barros da *et al.* Migração, refúgio e saúde sexual e reprodutiva na América Central, Sul e EUA: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 10, n. 16, e5101623698, 2021.

STURZA, Janaína Machado; DUTRA, Gabrielle Scola; MARTINI, Sandra Regina. **Direito à saúde e migração: uma aposta na fraternidade.** Blumenau: Editora Dom Modesto, 2023.

STURZA, Janaína Machado; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Do direito à saúde reprodutiva feminina ao poder biopatriarcalista de gestão das vidas humanas: o controle dos corpos das mulheres migrantes. **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 73-93, jul. 2020.

UNFPA Brasil. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.** Conferência do Cairo, 2007. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

VENTURA, Miriam. **Direitos Reprodutivos no Brasil.** 3. ed. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas, 2009.